

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO: TENDÊNCIAS NA COMPOSIÇÃO SOCIAL DA CLIENTELA *

APARECIDA J. GOUVEIA

RESUMO

Com base em dados referentes aos anos de 1963 e 1976, indicam-se neste trabalho algumas mudanças verificadas na população que atinge, no Estado de São Paulo, a 8ª e 11ª séries escolares. A taxa de sobrevivência elevou-se no período considerado e a representação das camadas populares nesses níveis de ensino mostrava-se mais elevada em 1976 do que em 1963; contudo, a despeito da supressão das diferenciações curriculares representadas pelos antigos ramos do ensino, marcada segregação relacionada com a origem social persiste, conforme indica a distribuição dos alunos pelos cursos públicos e particulares, diurnos e noturnos.

SUMMARY

Data referring to the years of 1963 and 1976 are used to assess changes in the composition of the student population who reaches, in the State of São Paulo, the 8th and the 11th grades. The survival rate has increased and so has the proportion of lower class students enrolled at these levels. However, in spite of the changes introduced in the curricular structure of secondary education, marked social inequalities persist, as seen from the distribution of students between public and private courses, day and night shifts.

A democratização do ensino é tema que transcende hoje o âmbito dos interesses acadêmicos, inclusive porque a escolarização passou a representar, se não o fator determinante, pelo menos uma credencial necessária à obtenção de situações profissionais mais vantajosas. Assim, a igualdade das oportunidades em relação à educação freqüentemente não é considerada como um fim em si mesma mas, sim, como uma etapa em direção à igualdade social.

Não se exclui com isso a possibilidade de que outros fatores contribuam para a configuração da carreira de um indivíduo. Nem se ignora, por outro lado, que o papel da educação possa por vezes ser invocado ou magnificado com o intuito de obscurecer a atuação de outros mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Porém, não se pode negar que a privação relativa no tocante à educação impede ou dificulta o acesso a certas posições; ou que, em certos casos, legitima a exclusão baseada em outros critérios.

No Brasil, como em outros países, a preocupação com o problema tem suscitado medidas destinadas a ampliar a oferta de vagas escolares, bem como, também, certas reformas estruturais que visam a equalizar as oportunidades oferecidas pelo sistema educacional. Aponta-se, nesse sentido, a Lei nº 5692/71 na parte em que estabelece a extensão da escolaridade obrigatória por um período de oito anos a serem percorridos numa escola unitária, sem diferenciações curriculares. Em vez das várias alternativas que se ofereciam para o prosseguimento dos estudos além da

* Este trabalho só foi possível porque tivemos acesso aos dados colhidos, em 1976, por Maria Aparecida dos Santos, do Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais, hoje Coordenadoria de Normas e Estudos Pedagógicos, da Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo. A pesquisa que está sendo por ela elaborada abrange vários outros aspectos do corpo discente do 1º e 2º graus. Registramos aqui nossos agradecimentos não só a Maria Aparecida dos Santos e à sua colaboradora Raif Nassar Pecioli como, também, à Dra. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, diretora daquele órgão, que nos permitiu a utilização dos dados.

escola primária, o único caminho reconhecido por aquela lei, no sistema regular de ensino, é o do prolongamento da escolaridade básica, planejada para todos os alunos indistintamente. Desaparece, assim, o hiato institucional que, na vigência da lei anterior, separava as quatro primeiras séries das subseqüentes.

Concebivelmente, a supressão de tal hiato resultaria não só em maior facilidade para o prosseguimento dos estudos mas, também, na eliminação da segregação que, em decorrência das alternativas curriculares outrora existentes, se verificava entre alunos com diferentes aptidões e possibilidades. Conforme comprovam os dados de uma pesquisa realizada em várias regiões do país em 1963, a distribuição dos alunos pelos diferentes ramos em que se diversificava o ensino após a escola primária relacionava-se nitidamente com a situação sócio-econômica das famílias de que provinham (GOUVEIA e HAVIGHURST, 1968). Daí poder-se reconhecer intensa democratizante no dispositivo legal que suprimiu, nesse nível, os currículos paralelos. O prosseguimento dos estudos, já não mais obstaculizado pelo exame de admissão (ao antigo ginásio) poderia, como é de se supor, generalizar-se, beneficiando todas as crianças que tenham concluído a quarta série elementar. A expectativa, portanto, seria a de que o perfil social do alunado da atual oitava série, a última da escolaridade básica se aproxime bem mais do perfil da população, e não mais se apresente como o de uma minoria selecionada, como a que foi identificada, em 1963, entre os alunos da quarta série ginásial.

Resta saber se tais previsões se confirmam. Que proporção das crianças que ingressam na escola atingem hoje a oitava série? É essa proporção maior do que a dos alunos que, no sistema anterior, chegavam ao nível equivalente — quarta série ginásial? Em que medida a composição das coortes que atingem esse nível de ensino revela uma maior participação das camadas sociais tradicionalmente excluídas ou minoritariamente representadas? Até que ponto as alterações porventura constatadas podem ser atribuídas às mudanças estruturais introduzidas pela Lei 5692/71?

Dispondo-se de informações referentes a 1963 e de dados equiparáveis colhidos em 1976, no Estado de São Paulo,⁽¹⁾ algumas respostas a essas indagações poderão ser dadas. Obviamente, as tendências indicadas pelos dados relativos ao Estado de São Paulo não poderiam ser extrapoladas para outras regiões do país onde a implantação das reformas mencionadas esteja em outra fase ou se processe em condições diferentes das que vigoram neste Estado.

1) Os dados referentes a 1976 referem-se à pesquisa mencionada, que não inclui os alunos das escolas técnicas federais e dos cursos agrícolas. Esses alunos, entretanto, constituem uma pequena fração da população escolar.

A esse respeito convém lembrar que já em 1967 minimizava-se, na rede estadual de ensino, a importância do exame de admissão ao ginásio aprovando-se a quase totalidade (91,65%)⁽²⁾ das crianças que a ele se submeteram. Outro fato digno de nota é a grande expansão da oferta de vagas na rede pública. Em 1962, menos da metade (46,1%) dos estudantes matriculados no ensino médio de primeiro ciclo, no Estado, encontrava-se em escolas públicas (Dias, 1968); a parcela dos estudantes de quinta e oitava séries (equivalentes àquele nível de ensino) matriculada em escolas públicas em 1975 elevava-se a 91,4% (Plano Trienal, 1977). Independentemente de qualquer modificação na estrutura do sistema escolar, esse acentuado aumento da participação dos poderes públicos, estadual e municipais, particularmente do primeiro, na oferta de vagas, poderia, por si só, ter redundado numa elevação das taxas de prosseguimento dos estudos, bem como numa maior representação, em níveis mais elevados do ensino, de estudantes provenientes de camadas economicamente menos favorecidas.

Taxas de sobrevivência

No Estado de São Paulo, de 1.000 alunos matriculados na primeira série elementar em 1960, 141, apenas, tinham atingido a quarta série ginásial em 1967⁽³⁾. Esse índice havia se elevado para 466 na coorte que, encontrando-se na primeira série em 1969, chegou à oitava série do primeiro grau em 1976⁽⁴⁾.

Sobrevivência dos estudantes provenientes das camadas populares

Utilizando-se, em 1976, o mesmo critério empregado em 1963 para a determinação da origem social dos estudantes, constata-se que a proporção de filhos de trabalhadores manuais na população estudantil do nível considerado — série terminal do primeiro grau, equivalente à antiga quarta série ginásial — passou, no conjunto do Estado, de 34% para 57%. Convém mencionar que, em 1968, quando se utilizou idêntico critério para caracterizar a população desse nível de ensino, a proporção de alunos provenientes das camadas manuais permanecia praticamente inalterada — 35% (MARTELLI et al, 1969). Assim, o significativo aumento da participação das camadas populares no corpo discente desse nível de ensino, verificado entre 1963 e 1976, ocorreu em anos mais recentes, não se

2) Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, **Plano Estadual de Educação**, vol. II, 1970.

3) MEC-SEEC — **Estatísticas da Educação Nacional, 1960-1971**.

4) Estimativa feita a partir das seguintes fontes: MEC-SEEC, **Série Retrospectiva do Ensino Primário Comum, Série 9, Documentos**, vol. I e dado colhido (1976) no Centro de Informações Educacionais, da Secretaria de Educação do Governo do Estado.

podendo, portanto, afastar a hipótese de que tenha sido favorecido pelas modificações na estrutura do sistema escolar consagradas pela lei promulgada em 1971.

Distribuição dos alunos por diferentes tipos de escola

Um aumento da participação das camadas populares em certos níveis de ensino não significa, necessariamente, que os estudantes dessas camadas estejam se beneficiando das mesmas oportunidades educacionais oferecidas aos estudantes originários de camadas mais favorecidas. Indica, simplesmente, que um número maior de indivíduos originários daqueles estratos está atingindo níveis de escolaridade constatados predominantemente entre indivíduos provenientes de famílias mais bem situadas.

Ao contrário, é até mesmo concebível que um aumento de vagas na rede oficial de ensino, que favorece aquela realização, acentue as desigualdades no seio do sistema mais amplo, que inclui escolas públicas e particulares. Tal fato, conforme relata Sussman (1968), verificou-se em Porto Rico, após a segunda Guerra Mundial, quando se ampliaram as oportunidades de acesso à escola secundária. Deteriorando-se, numa primeira fase, as condições nas quais, devidos aos percalços da expansão, o sistema público passou a funcionar, refugiaram-se as crianças de classe média, que antes frequentavam cursos públicos, em escolas particulares, acentuando-se assim a segregação existente. Fenômeno semelhante poderia estar ocorrendo no Estado de São Paulo. Na verdade pelo menos na área metropolitana, para a qual existem dados que possibilitam a comparação, a proporção de filhos de trabalhadores manuais no corpo discente do conjunto da rede pública, no nível considerado, era em 1976, significativamente maior (53,0%) do que a encontrada em 1963 (34,1%); por outro lado, a proporção de estudantes dessa origem no corpo discente da rede particular era ligeiramente inferior (16,7%) do que a registrada em 1963 (23,3%).

Essa constatação não surpreende quando se sabe que, com a expansão do número de vagas na rede pública, as escolas particulares que sobreviveram foram principalmente aquelas que, pela qualidade do ensino ou caráter seletivo da convivência que propiciam, continuam atraindo a clientela para a qual a gratuidade do ensino não constitui aspecto relevante⁵⁾. Poder-se-ia aventar a hipótese de que a segregação seria mais marcada se o poder aquisitivo de certa parte da classe média não tivesse deteriorado a ponto de tornar proibitiva a frequência a cursos particula-

5) Parece que, em face da redução da demanda por parte das camadas de menor poder aquisitivo, mais amplamente atendidas pelas redes públicas, estadual e municipais, a iniciativa privada tem-se aplicado agora à montagem de cursos supletivos.

res. Na presente situação, a escola pública não constitui uma opção, como ocorria na época em que a admissão a certas escolas estaduais era disputada, inclusive mediante o recurso ao padrinheiro de pessoas influentes. Conforme atestam as manifestações dos estudantes consultados em 1976,⁶⁾ mesmo entre os que se encontram matriculados na rede pública, a escola particular é a preferida.

A referência do estudante que expressa tal preferência não é, certamente, a escola da segunda categoria que, no passado, abrigava os alunos que não conseguiam ser admitidos na escola pública, mas a que hoje atende as camadas privilegiadas da população.

Contudo, conforme sugerem os dados que se apresentam a seguir, mesmo hoje, após as transformações por que têm passado uma e outra redes de ensino, a entidade mantenedora, por si só, não define o ambiente escolar ou o tipo de convivência e estimulação que este propicia.

A composição social da clientela dos diferentes tipos de curso

Primeiro grau — A indicação, nos dados agregados, referentes a 1976, é a de que, nesse nível de ensino — última série do primeiro grau — a participação das camadas populares, sobretudo na área metropolitana, é bem maior nas escolas públicas que nas particulares. Contudo, quando se procede a uma desagregação, verifica-se que as diferenças relacionadas com o horário de funcionamento dos cursos tendem a superar as relacionadas com o tipo de entidade mantenedora (Tabela 1). Assim, os cursos particulares noturnos, no que respeita à origem social dos alunos, se aproximam mais dos públicos que funcionam no mesmo período do que dos congêneres diurnos.

Assim, qualquer generalização sobre as duas categorias de escola — públicas e privadas — não poderá ser feita sem que se leve em consideração o período em que funcionam.

Ordenando-se os tipos de curso segundo a proporção de filhos de trabalhadores manuais que abrangem, constata-se (Tabela 1) que, tanto na área metropolitana quanto nas cidades do interior, o corpo discente mais «popular» encontra-se nos cursos públicos noturnos e o mais «seletivo» nos cursos particulares diurnos.

Quer nos estabelecimentos públicos, quer nos privados, os alunos do período noturno, em sua maioria, provêm de origens mais modestas que os do período

6) Informação obtida por Maria Aparecida dos Santos, na pesquisa citada.

TABELA 1
ORDENAÇÃO DOS CURSOS DE ACORDO COM
A PERCENTAGEM DE FILHOS DE TRABALHA-
DORES MANUAIS ENCONTRADA ENTRE OS
ALUNOS - 1976

Primeiro Grau

Cursos	% de Filhos de Trabalhadores Manuais
Área Metropolitana	
Públicos noturnos	72,3
Particulares noturnos	64,5
Públicos diurnos	37,3
Particulares diurnos	10,7
TOTAL (*)	49,0
Cidades Grandes	
Públicos noturnos	72,8
Particulares noturnos	66,7
Públicos diurnos	50,4
Particulares diurnos	21,8
TOTAL (*)	57,2
Cidades Médias	
Públicos noturnos	71,7
Particulares noturnos	63,3
Públicos diurnos	52,8
Particulares diurnos	50,0
TOTAL (*)	66,3
Cidades Pequenas	
Públicos noturnos	76,1
Particulares noturnos	70,6
Públicos diurnos	58,6
Particulares diurnos	Não existem na amostra
TOTAL (*)	66,9

(*) Os totais representam médias ponderadas, pois no plano de amostragem estabeleceram-se proporções desiguais para os diferentes tipos de curso. Para a estimativa referente ao total do Estado, corrigiu-se também a distorção decorrente do fato de a proporção das cidades não ser a mesma em todos os estratos.

Observação: A área metropolitana inclui como na pesquisa realizada em 1963, os municípios de São Paulo, Santo André, São Bernardo, Guarulhos e Osasco. Cidades Grandes = cidades com mais de 100.000 habitantes; médias = com 25.000 a 100.000 habitantes; pequenas = com menos de 25.000 habitantes.

diurno. O que poderia causar alguma estranheza é o fato de, embora em pequenas proporções, se registrem no período noturno estudantes originários de famílias bem situadas. Porém, sua presença em cursos que funcionam nesse período pode encontrar uma explicação nos dados referentes ao perfil etário da população de um e outro períodos. Os alunos dos

curso noturnos são bem mais velhos que os dos diurnos, e essa diferença é particularmente acentuada entre os cursos particulares. Dos alunos que, na área metropolitana, frequentam escolas particulares noturnas, a grande maioria (88,7%) tem dezessete anos ou mais. A proporção dos assim atrasados é bem menor (48,8%) nos cursos públicos que funcionam no mesmo período.

Coerentes com os dados relativos à idade são as informações referentes à incidência do emprego ou trabalho, que se mostra muito mais generalizado entre os estudantes noturnos que entre os diurnos. Enquanto entre estes, poucos trabalham, entre aqueles, exceção é o que não o faz, e exceção mais rara ainda nos cursos particulares. Para os alunos mais velhos provenientes de camadas mais favorecidas, o trabalho remunerado atende, presumivelmente, não a uma necessidade econômica premente, como ocorre entre os de origem mais modesta, mas a um desejo de independência e auto-afirmação, que o insucesso ou atraso na vida escolar acentuaria.

Os dados sobre idade e trabalho remunerado sugerem, portanto, que os cursos particulares que funcionam à noite talvez sejam, de todos, os menos exigentes no que respeita a frequência e outras obrigações acadêmicas, neles acomodando-se alunos com históricos escolares irregulares provenientes de várias camadas sociais.

Contudo como se focalizam aqui os quatro grandes conjuntos resultantes da classificação dos cursos em públicos e particulares, diurnos e noturnos, tal nível de análise não permite afirmar que alunos de origens marcadamente díspares convivam sob o mesmo teto, como poderia talvez sugerir o exame dos dados referentes ao agregado constituído pelos cursos particulares noturnos. Especialmente nas escolas privadas que, diferentemente do que ocorre com as escolas públicas, podem recrutar seus alunos sem qualquer restrição de ordem legal quanto à área em que residam, é possível que, através de certos mecanismos, inclusive em consequência de diferenças no valor das taxas cobradas, mesmo quando frequentem cursos noturnos, os alunos se distribuam por estabelecimentos diferentes, de acordo com certas características das famílias de que provêm.

Igual cautela se deve ter em relação a generalizações partir de dados agregados referentes às demais categorias. É possível, por exemplo, que algumas escolas particulares diurnas sejam ainda mais seletas do que sugere o perfil social do corpo discente do conjunto das escolas dessa categoria; e que, entre as escolas públicas, diferenças marcadas também existam, em decorrência de características da população do bairro em que se situem.

Contudo, certa diferenciação entre os cursos de cada categoria não invalida a tentativa de caracte-

rização, útil para fins de identificação de tendências, que emergem a despeito de concebíveis discrepâncias internas.

Segundo grau — No segundo grau, ou mais precisamente na terceira série deste nível, entre os cursos que funcionam no período diurno, os particulares, como ocorre entre os do primeiro grau, são os socialmente mais seletos. O mesmo não se verifica, porém, no período noturno, pois então são os cursos particulares os que apresentam as maiores porcentagens de filhos de trabalhadores manuais, invertendo-se assim a tendência observada no primeiro grau (Tabela 2).

TABELA 2

ORDENAÇÃO DOS CURSOS SEGUNDO A PORCENTAGEM DE FILHOS DE TRABALHADORES MANUAIS ENCONTRADA ENTRE OS ALUNOS - 1976

Segundo Grau

Cursos	% de Filhos de Trabalhadores Manuais	
	Area Metropolitana	
Particulares noturnos	61,0	
Públicos noturnos	52,5	
Públicos diurnos	34,7	
Particulares diurnos	2,8	
	Cidades Grandes	
Particulares noturnos	59,5	
Públicos noturnos	59,5	
Públicos diurnos	40,3	
Particulares diurnos	25,3	
TOTAL (*)		
	Cidades Médias	
Particulares noturnos	54,9	
Públicos noturnos	53,0	
Públicos diurnos	27,6	
Particulares diurnos	25,3	
	Cidades Pequenas (*)	

(*) Não se calculou por serem os «ns» muito pequenos.

Esse caráter popular dos cursos noturnos de segundo grau particulares, que se observa tanto na área metropolitana quanto nas cidades do interior, talvez se deva ao critério de distribuição das vagas na rede estadual, que tem favorecido principalmente, a escolarização generalizada em nível de primeiro grau; isso torna o ingresso naquela rede bastante competitivo e, conseqüentemente, menos provável para os alunos de origem mais modesta. Mas é concebível, também, que se deva a uma maior tolerância por parte da direção e corpo docente dos cursos particulares em relação à freqüência e outras obrigações

escolares, conforme hipótese sugerida quando se focalizou o primeiro grau.

Os cursos noturnos particulares viriam, assim, atender a certa parte da clientela de origem mais modesta, ou seja, aquela que, nesse nível não consegue vaga na escola pública, ou que não vê possibilidade de satisfazer as exigências que esta estabelece.

Como se distribuem os alunos de cada estrato social

De outra maneira se podem examinar os dados relativos à origem social do corpo discente indagando-se como os alunos de cada uma das camadas sociais se distribuem pelos vários tipos de curso (Tabelas 3 e 4).

Primeiro grau — A camada mais elevada concentra-se nos cursos particulares diurnos e a mais baixa, constituída dos filhos de trabalhadores manuais não especializados, concentra-se nos cursos públicos noturnos. Porém, a concentração da camada alta naquele tipo de curso é maior que a do estrato inferior nos cursos públicos noturnos. De todas as camadas, aquela é a que mais se segrega. Essa polarização é mais acentuada na área metropolitana e cidades grandes do interior do que nas de menor porte situadas fora daquela área.

A camada média-alta distribui-se equitativamente entre as escolas públicas e particulares, mas a freqüência a cursos noturnos entre alunos com essa situação é relativamente pequena.

A camada média-baixa encontra-se, em sua maioria, em cursos diurnos e, portanto, sob esse aspecto assemelha-se às camadas mais elevadas; distancia-se destas, porém, por uma maior concentração em escolas públicas, à maneira dos estratos manuais. Nestes estratos, predomina a freqüência a cursos noturnos; mesmo entre eles, a matrícula no período noturno aumenta monotonicamente à medida que se passa dos níveis mais elevados para os menos elevados. Dos alunos do estrato manual mais baixo, três quartos frequentam a escola à noite e destes a maioria se encontra na rede pública.

Segundo grau — Os alunos da camada mais elevada, à maneira do que se observa no primeiro grau, concentram-se nos cursos particulares diurnos. No outro extremo, porém, os do estrato mais baixo, embora encontrando-se predominantemente, como os daquele grau, no período noturno, distribuem-se equitativamente entre os cursos públicos e particulares: a sua afluência a cursos noturnos particulares é, assim, maior do que a observada no primeiro grau. É interessante notar que a freqüência a estes cursos, bem pequena na camada mais elevada, tende a crescer à medida que baixa a origem social, fenômeno esse que se observa quer na área metropolitana quer nas cidades do interior.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DAS VÁRIAS CAMADAS SOCIAIS PELOS DIFERENTES TIPOS DE CURSO
Última Série do 1º Grau — 1976

Origem Social	Cursos				Total (100,0%)
	Públicos		Particulares		
	Diurnos	Noturnos	Diurnos	Noturnos	
Area Metropolitana					
	%	%	%	%	n
Alta	24,6	6,7	62,8	5,9	102
Média - superior	36,5	13,0	35,7	14,8	115
Média - inferior	46,1	24,5	19,6	9,8	102
Manual - superior	25,7	43,2	9,5	21,6	74
Manual - intermediária	26,8	48,0	5,7	19,5	123
Manual - inferior	23,2	46,4	1,4	29,0	69
Cidades Grandes					
Alta	18,5	5,6	74,0	1,9	54
Média - superior	39,0	18,8	37,5	4,7	64
Média - inferior	45,5	30,4	19,0	5,1	79
Manual - superior	25,5	49,0	13,7	11,8	51
Manual - intermediária	44,5	41,0	9,4	5,1	117
Manual - inferior	15,2	67,4	8,7	8,7	46
Cidades Médias					
Alta	31,0	3,4	44,9	20,7	29
Média - superior	57,5	19,2	19,2	4,1	73
Média - inferior	47,8	23,2	26,1	2,9	69
Manual - superior	52,8	13,9	22,2	11,1	36
Manual - intermediária	40,1	40,2	14,8	4,9	122
Manual - inferior	34,2	28,9	25,0	11,8	76
Cidades Pequenas					
Alta	72,2	16,7	(*)	11,1	18
Média - superior	61,3	32,3		6,4	31
Média - inferior	50,0	35,0		15,0	40
Manual - superior	44,4	42,9		12,7	63
Manual - intermediária	46,4	43,5		10,1	69
Manual - inferior	20,8	60,4		18,8	48

(*) Não existiam nas cidades da amostra.

A distribuição dos dois estratos médios bem como do manual superior, no segundo grau, assemelha-se à registrada no primeiro.

Finalmente, os alunos dos dois estratos manuais

inferiores que atingem a terceira série do segundo grau só diferem dos que chegam à série final do primeiro grau por uma maior concentração em cursos noturnos.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DAS VÁRIAS CAMADAS SOCIAIS PELOS DIFERENTES TIPOS DE CURSO
Terceira Série do 2º Grau — 1976

Origem Social	Cursos				Total (100,0%)
	Públicos		Particulares		
	Diurnos	Noturnos	Diurnos	Noturnos	
Area Metropolitana					
	%	%	%	%	n
Alta	24,6	8,0	60,3	7,1	224
Média - superior	37,6	20,1	26,9	15,4	234
Média - inferior	41,8	40,7	8,2	9,3	182
Manual - superior	33,7	40,2	4,3	21,7	92
Manual - intermediária	32,4	40,2	0,5	26,9	219
Manual - inferior	19,2	39,7	1,4	39,7	73
Cidades Grandes					
Alta	38,4	15,4	37,2	9,0	78
Média - superior	37,4	28,8	16,3	17,5	80
Média - inferior	26,6	34,9	12,8	25,7	109
Manual - superior	22,4	47,7	6,0	23,9	67
Manual - intermediária	24,4	36,6	9,9	29,0	131
Manual - inferior	25,5	35,3	3,9	35,3	51
Cidades Médias					
Alta	65,2	7,2	18,8	8,7	69
Média - superior	47,7	26,2	9,3	16,8	107
Média - inferior	41,0	27,6	1,9	29,5	105
Manual - superior	29,1	30,9	0,0	40,0	55
Manual - intermediária	35,1	37,2	0,0	27,7	94
Manual - inferior	9,8	43,9	0,0	46,3	41
Cidades Pequenas (**)					
Alta	(*)	1	(*)	1	2
Média - superior		10		—	10
Média - inferior		7		8	15
Manual - superior		14		4	18
Manual - intermediária		5		9	14
Manual - inferior		4		4	8

(*) Não se apresenta a distribuição percentual por serem os «ns» muito pequenos.

(**) Não existiam nas cidades da amostra.

CONCLUSÃO

O quadro apresentado indica que, a despeito da supressão, em nível de primeiro grau, das diferenças curriculares representadas pelos antigos ramos de ensino, marcada segregação relacionada com a origem social dos alunos persiste.

A unificação formal do currículo não assegura a equalização das oportunidades educacionais. Mesmo na hipótese de critérios uniformes de alocação de recursos materiais e humanos, que talvez se pudesse sustentar em relação às escolas da rede estadual, razões intuitivas existem para que se possa suspeitar

que aulas no período diurno e aulas no período noturno, depois de uma longa jornada de trabalho, representam situações bem diversas. O problema não seria tão sério se os alunos se distribuíssem aleatória ou indistintamente pelos diferentes períodos e redes de ensino. Verifica-se, porém, que horários e entidades mantenedoras diferentes significam conjuntos diferentes de alunos, ou seja, graus diversos de concentração de capital cultural e compatibilidade com os pressupostos em que se baseia o currículo.

As diferenças de «clima escolar» relacionadas com a origem social dos alunos são provavelmente mais acentuadas nas grandes cidades e particularmente na área metropolitana onde as áreas de residência e recrutamento da clientela são internamente mais homogêneas e entre si mais diversificadas.

O aumento da participação de estudantes provenientes das camadas populares no corpo discente de níveis mais elevados do sistema escolar poderia representar um avanço no sentido da igualdade social. Para esses indivíduos, porém, a vantagem é muito relativa. É verdade que um certificado de conclusão de oito ou mais anos de estudo, quando esses níveis ainda não se generalizaram para toda a população, constitui um ponto de partida favorável. Contudo, não poderão eles competir no mercado de trabalho, em pé de igualdade, com candidatos a emprego que provenham de famílias mais bem situadas. Por terem frequentado cursos noturnos ou escolas de periferia cujo «clima» reflete a generalizada carência cultural da população a que atendem, aqueles indivíduos não

terão tido condições para superar as desvantagens decorrentes de sua origem.

Muitos estudos têm apontado o peso negativo que certos aspectos da origem familiar exercem sobre a aprendizagem. Mais raramente, porém, se cogita de que os resultados talvez pudessem ser outros se outra fosse a situação escolar. Dados de uma pesquisa realizada recentemente em escolas da rede estadual da cidade de São Paulo mostram que a origem familiar explica parte significativa da variação nos resultados em testes de matemática e compreensão de leitura, mas indicam também que estes últimos são mais afetados por variáveis escolares do que por características da família de que o aluno provem (COSTA, 1977).

A parte qualquer hipótese sobre diferenças entre escolas frequentadas predominantemente por crianças de classe média e escolas de periferia, compactamente de classe baixa, quanto a recursos materiais e humanos, cabe lembrar que a configuração do ambiente escolar resulta também da composição do corpo discente. O efeito desta variável, frequentemente negligenciado, foi demonstrado num estudo realizado na Inglaterra, na qual se verificou que, entre filhos de operários, aos ganhos mínimos ou nulos revelados por aqueles colocados em grupos constituídos de alunos da mesma origem, contrapunham-se os progressos sensíveis dos que haviam sido colocados em grupos constituídos predominantemente de alunos de classe média (DOUGLAS, 1964).

Até que ponto, porém, certas mudanças aparentemente simples no sistema escolar envolvem uma engenharia mais ampla e politicamente complicada?

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Messias, *School Outputs and the Determinants of Scholastic Achievement: An Econometric Study of Urban Schools in São Paulo, Brazil*. Ph. D. Dissertation, Stanford University, 1977.

DIAS, José Augusto, *Ensino Médio e Estrutura Sócio-Econômica*. Rio de Janeiro: MEC — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968.

DOUGLAS, J.W.B., *The Home and the School*, London: Mac Gibbon & Kee, 1964.

GOUVEIA, Aparecida J., e HAVIGHURST, Robert J., *Ensino Médio e Desenvolvimento*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.

Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Educação, *Plano Trienal*, 1977.

Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Economia e Planejamento, *Plano Estadual de Educação*, Vol. II, 1970.

MARTELLI, Anita, et all. *A Rede de Estabelecimentos do Ensino Médio do Estado de São Paulo*, Vol. 3. Secretaria da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (mimeo), 1969.

MEC — Serviço da Estatística da Educação e Cultura, *Estatísticas da Educação Nacional, 1960-1971*.

MEC — *Série Retrospectiva do Ensino Primário Comum*, 1966-1970.

SUSSMANN, Leila, *Democratization and Class Segregation in Puerto Rican Schooling: The U.S. Model Transplanted*, *Sociology of Education*, Vol. 41, nº 4, 1968.

[Recebido para publicação em setembro de 1978]